

VI SEMINÁRIO DO COMITÉ NACIONAL DO LEITE

O SECTOR LEITEIRO E AS NOVAS MEDIDAS DA PAC

Mais uma vez tenho o privilégio de em nome do Comité Nacional do Leite (C.N.L.) agradecer a vossa presença e aproveito a oportunidade para vos afirmar que é intento do C.N.L. continuar a servir a produção e a transformação de leite no sentido do seu desenvolvimento para assim alcançarem níveis de evolução que permitam a plena satisfação dos consumidores e garantam a perenidade dos respectivos agentes económicos.

À semelhança dos anteriores Seminários este também é marcado por algumas inovações das quais, sem dúvida, a mais significativa está relacionada com a sua organização em que, e pela primeira vez, acedendo ao nosso convite, tivemos empenhada participação da Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite (FENALAC) e da Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL). É também de assinalar a prestimosa colaboração da Universidade do Minho através do seu Departamento de Engenharia Biológica.

Desde a criação do C.N.L. tem sempre existido um saudável relacionamento com alguns estabelecimentos de ensino superior, de investigação e apoio ao desenvolvimento, bem como a serviços operativos. Alguns deles foram mesmo seus sócios fundadores e entre os quais podemos citar, o Instituto Superior de Agronomia, a Faculdade de Medicina Veterinária, o Instituto Nacional de

Investigação Agrária, e o Ex Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, a Direcção Geral de Veterinária e a Ex Direcção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar. Estando em curso, neste momento, a reforma da administração pública desconhecem-se, nalguns casos, quais as atribuições e respectivas funções, que ficarão a cargo dos diversos serviços públicos que irão tutelar o sector alimentar. As fusões já efectuadas no âmbito do referido sector deram origem a estruturas que apresentam novas atribuições ou o seu reforço relativamente aos organismos extintos. No entanto, não podemos deixar de referir o quase total desaparecimento de funções relacionadas com a promoção e o controlo de qualidade, com a assistência técnica especializada que tiveram, no passado, papel relevante na evolução do sector alimentar que está hoje bem patente e de que todos beneficiamos.

É uma realidade, bem visível, que a actuação da estrutura operativa na área alimentar está mais virada para a gestão dos riscos (fiscalização), em operações, geralmente, de fim de linha, de natureza reactiva e susceptíveis de dar origem a medidas correctivas de graus diferenciados.

Pela experiência já vivida como dirigente do Ex. Instituto da Qualidade Alimentar e pelo conhecimento do que se passa numa grande parte do mundo ocidental, a segurança dos alimentos é resultante de um conjunto de acções a serem exercidas ao longo de uma complexa cadeia, que permitam garantir, de modo permanente, que os alimentos são seguros e satisfazem as exigências dos consumidores. Isto é, hoje como ontem podemos seguir o velho

aforismo “é melhor prevenir do que remediar” para isso é fundamental usar o bom senso e os meios técnicos e científicos que permitam actuar para que falhas de maior ou menor gravidade não ocorram ou não se repitam.

Trata-se de aplicar a monitorização proactiva de natureza eminentemente preventiva e não recorrer a medidas reactivas (correctivas) que, de modo geral não garantem que novos erros não venham a ser praticados.

O recurso a Códigos de Boas Práticas, a Regras de Higiene e Sanitárias, a Análise dos Perigos e Controlo dos Pontos Críticos, constitui a melhor forma de actuação porquanto envolve um conjunto de medidas que se complementam e são técnica e oficialmente reconhecidas como as mais indicadas para garantir a segurança dos alimentos.

Quem conhece o nosso sector leiteiro sabe que a evolução positiva, que se regista, se ficou a dever a um notável esforço de todos os agentes que souberam com elevada eficácia adaptar-se a novas exigências do mercado através da inovação, quer no modo de exploração do bovino leiteiro quer recorrendo a adequados avanços tecnológicos no caso do tratamento e transformação do leite.

Durante muitos anos os serviço oficiais, quer operativos quer de investigação, nas suas respectivas atribuições estavam previstas, entre outras, exercer actividades específicas de apoio à produção de leite e de lacticínios que poderiam ir desde a simples informação até à resolução de problemas mais complexos de natureza técnico-científica. Esta estratégia de actuação, então seguida, revelou-se de fundamental importância no desenvolvimento do sector leiteiro

nacional e que contrasta de forma evidente com o que passa actualmente. Dir-se-à que hoje a situação é diferente porquanto existe adequada habilitação profissional a todos os níveis, têm-se mais e melhores conhecimentos da máquina animal, os equipamentos utilizados são mais eficientes, as acções de formação estão mais generalizadas e a informação, geralmente, tem qualidade, é permanente e chega a elevado número de eventuais interessados. No entanto, é nossa convicção, que a realidade hoje existente talvez não possa com a necessária eficácia responder aos múltiplos desafios que o sector leiteiro terá de enfrentar a curto prazo.

O produtor de leite está hoje confrontado com um conjunto de exigências técnicas e económicas, algumas de cumprimento obrigatório, que torna necessária uma actuação marcadamente profissional e muito atenta. No passado recente podia dizer-se que numa exploração leiteira cumpriam-se tarefas, neste momento, e, muito especialmente no futuro próximo, será mais correcto falar em gestão de sistemas porquanto corresponde melhor à realidade que se terá de enfrentar. Para que os resultados sejam os desejáveis é necessário fazer a avaliação permanente das metodologias aplicadas de modo a garantir que são cumpridas as exigências legais e contratuais, que o produto satisfaz as expectativas do utilizador, é competitivo e assegura a sustentabilidade da exploração leiteira, seja familiar ou não.

Também devemos referir a existência de alguns condicionalismos como seja a baixa no preço de intervenção na manteiga e no leite em pó magro, a entrada no mercado de produtos

lácteos provenientes dos novos Estados-Membros do Leste Europeu e por último ter em conta a previsão do fim do regime de quotas leiteiras muito provavelmente dentro de escassos anos.

Pelo exposto não é difícil prever que surjam alterações, mais ou menos profundas, no sector leiteiro comunitário, que ficará cada vez mais exposto não só à concorrência no âmbito do mercado mundial, mas também à influência de factores ambientais e geoclimáticos que poderão condicionar a produção de leite nalgumas regiões da Europa.

Sei que a matéria é de todos conhecida e se a referi foi no intuito de vos sensibilizar para a resolução de um aspecto que se me afigura crucial e diz respeito à frágil dimensão técnico profissional das estruturas associativas actualmente existentes no âmbito da produção de leite e lacticínios.

É uma realidade que muito nos apraz registar a existência de um saudável relacionamento entre as principais associações representativas do sector leiteiro nacional, por isso talvez seja de recordar a saudosa Teresa Ricou que em 1990 no decurso do I Congresso Nacional - Leite e Lacticínios afirmou ser “um momento de reflexão conjunta sobre o passado recente e de visualização dos cenários que, com alguma verosimilhança se nos depararão e nos quais teremos de ser capazes de uma actuação consciente, empenhada, e sobretudo, coesa”. Estas palavras que foram escritas há desaseis anos denotam, sem qualquer dúvida, uma notável perspicácia porquanto se aplicam à presente realidade.

O programa deste Seminário foi concebido tendo em conta alguns circunstancialismos inerentes à nova Política Agrícola

Comum. Estamos no limiar de um novo e muito importante período que no seu termo serão reflectidos os efeitos das mudanças introduzidas por aquela política. Por isso, optamos pela apresentação de temas que nos pareceram, neste momento, de maior relevância para o nosso sector leiteiro.

O Seminário abre com a conferência do Dr. Arlindo Cunha, que todos bem conhecem e sabem o mérito já evidenciado no desempenho de altas funções que exerceu ao longo da sua vida. A sua intervenção irá abordar matéria de fundamental importância para a definição estratégica da produção de leite e lacticínios. Creia que nos sentimos muito gratos por ter aceite o nosso convite e deste modo termos a grande oportunidade de receber valiosos ensinamentos que irão, certamente, fundamentar futuras decisões. A destacada posição ocupada pelo desenvolvimento rural no âmbito da actual P.A.C. foi motivo para justificar que ele preenchesse todo um painel. De realçar a oportunidade de podermos contar com a presença de três excelentes especialistas que pelo seu saber e experiência vivida nos poderão dar preciosos ensinamentos.

Para conhecermos o que, nesta matéria, está a decorrer na vizinha Espanha, tivemos a feliz circunstância de contar com a presença de Dom António Fernandez e Garcia Vinuesa, Sub-Director Geral de Ganadaria do Ministério da Agricultura Pescas e Alimentação de Espanha e pelas funções que exerce está, especialmente, indicado para nos falar sobre o que se passa no seu País.

O Eng. Miguel Freitas tem reconhecida autoridade para tratar o tema escolhido que se revela muito útil para termos uma antecipada

ideia do que irá ocorrer e assim ficarmos preparados para melhor explorar as oportunidades que nos possam surgir.

O Eng. Tito Rosa não precisa de apresentação nem de qualquer comentário, todos conhecem as suas elevadas capacidades que tem demonstrado no desempenho de funções, nem sempre fáceis, como gestor de programas comunitários na área da agricultura. Por isso a sua intervenção se reveste de grande utilidade na escolha da melhor opção para conferir à estrutura produtiva as condições permitam alcançar os objectivos desejados.

Aos três categorizados oradores o Comité Nacional do Leite apresenta o mais sincero agradecimento por terem aceite o convite e deste modo darem a sua preciosa ajuda aos participantes deste Seminário.

De destacar o facto de, pela primeira vez, termos a oportunidade da FENALAC e da ANIL, através dos seus Secretários Gerais, respectivamente Eng. Fernando Cardoso e Dr. Pedro Pimentel terem espaço para opinarem sobre matérias que sendo distintas têm, no entanto, sinergias que complementam a sua elevada interdependência que deve ser encarada como uma realidade fundamental para o desenvolvimento e sustentabilidade do nosso sector leiteiro.

O C.N.L. apresenta às Direcções daquelas Associações amistosos cumprimentos e um sincero bem haja pela preciosa colaboração.

Para o Eng. Fernando Cardoso e Dr. Pedro Pimentel desejamos expressar o nosso mais caloroso agradecimento e o

público testemunho pelo muito que tem pugnado pelo êxito do Comité Nacional do Leite.

Aos moderadores do Seminário que acedendo ao nosso convite, nos deram a oportunidade da sua participação que muito poderá contribuir para o êxito desta iniciativa e, desde já apresentamos o nosso muito obrigado.

A todos que nos distinguiram com a apresentação de comunicações expressamos a nossa gratidão e afirmamos a disponibilidade para receber novos trabalhos técnico-científicos para comunicações em seminários do C.N.L. ou para publicar no nosso documento informativo “Notícias”.

Para os patrocinadores e apoiantes que pela prestimosa participação tornaram possível levar a efeito este VI Seminário do C.N.L. os nossos sinceros agradecimentos.

Mais uma vez cumpre-nos testemunhar a dedicação e a elevada capacidade profissional da Eng^a Maria Cândida Marramaque que muito contribuiu para a realização de mais este Seminário. Para ela a nossa elevada estima e um sincero muito obrigado.

Por último reiteramos os agradecimentos a todos que com a sua presença e também com o seu saber e apoio contribuíram para a realização deste evento e fazemos votos que ele possa servir para esclarecer dúvidas e/ou prestar uma ajuda, ainda que pequena, na resolução de algumas das vossas preocupações.

A todos, muito obrigado.

Braga, 16 de Novembro 2006